

“REFREAR O ÍMPETO PELA BATALHA”: A RECUSA INGLESA EM COMBATER NA GUERRA DOS CEM ANOS

‘REFRAIN THE IMPETUS FOR BATTLE’: THE ENGLISH REFUSAL TO FIGHT IN THE HUNDRED YEARS WAR

Fernando Pereira dos Santos¹⁸

Artigo recebido em 11 de março de 2024

Artigo aceito em 16 de junho de 2024

Resumo: Nas décadas finais da Guerra dos Cem Anos (1337 – 1453), regulações dispersas entre registros, comentários e reflexões de leigos e religiosos ingleses acerca do conflito indicam para um mesmo dilema: é lícito a um guerreiro evitar deliberadamente a participação em uma batalha? Um dos eixos interpretativos sobre o assunto ponderou que, ao se recusarem a combater, os homens de armas estariam agindo de modo ignóbil, contrários ao bom governo da guerra. Outro, pelo contrário, abriu margens para enquadrar tal atitude dentre as diretrizes justificáveis daquele mesmo conjunto de regramentos. No presente artigo, o objetivo que se coloca é o de escrutinar entendimentos contemporâneos e melhor delinear os contornos sobre como se constituíram ambos os polos no pensamento moralizante acerca do fazer bélico no período.

Palavras-chave: Guerra dos Cem Anos. Inglaterra quatrocentista. Cavalaria. Batalhas. Moralidade Marcial.

Abstract: The last decades of the Hundred Years War (1337 – 1453) witnessed a wide production of scattered regulations regarding the conflict among registers, commentaries and careful thinking written both by lay and religious Englishmen. In such writings, two interpretative axis addressed the same dilemma: is it licit to a warrior to deliberately avoid a battle? One of the interpretative axis pondered that when refusing to do battle, men-at-arms actions would be ignoble, contrary to the good governance of war. Conversely, it also brought forth the possibility to frame such attitude among justifiable guidelines according that same set of rules. Therefore, this article aims to scrutinize contemporary understandings in order to better outline how both poles were established in the contemporary war-making moralizing thinking.

Keywords: Hundred Years War. Fifteenth-Century England. Knighthood. Battles. Martial Morality.

1. Introdução

Em 27 de agosto de 1429, o monarca Henrique VI (r. 1422 – 1461; 1470 – 1471) expediu uma carta de chamamento a novos combatentes para reforçarem posições da Inglaterra em território francês. Naquele contexto, fez-se necessária a tentativa de conter o avanço inimigo e a perda de castelos e fortalezas na região central da França, bem como recompor numericamente as

¹⁸ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e integrante do Insulæ – Grupo de Estudos sobre a Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte, na Antiguidade e Medievo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2728-7673>. Contato: fernando.p.santos@unesp.br

hostes após derrotas que prejudicaram os interesses do monarca Lancaster no desenrolar da Guerra dos Cem Anos (1337 – 1453). Nas palavras do rei:¹⁹

Considerando-se que nosso inimigo e adversário lidera suas tropas em pessoa, ordeno aos cavaleiros, escudeiros, a outros homens de armas e arqueiros, *nobres e não nobres*, e a todos que estão acostumados a se dedicarem às armas, que se apresentem a cavalo ou a pé, suficientemente equipados de acordo com sua posição [...] e, uma vez reunidos, [...] todos que mantêm seus corpos ao nosso dispor, que sejam passados em revista e que se providencie e liquide o seu efetivo pagamento. (LETTERS, 1864, v.2, p. 97; 112 – 113, grifo meu).

Um primeiro olhar sobre a proclamação régia aponta para indícios relevantes do arranjo marcial no quatrocentos. Na composição das hostes, empregou-se toda sorte de indivíduos e não tão somente membros de uma aristocracia armada, afastando-se paulatinamente do modelo, ainda presente em outros redutos da Cristandade, de *arrière-ban*. Observada em relevo, a predisposição dos corpos e das vontades dos combatentes atrelou-se não mais exclusivamente a um sistema feudal de contrapartidas estabelecidas entre suseranos e vassalos, pois, em seu lugar, tomou forma uma hierarquia marcial que estabelecia termos contratuais de duração variada para a execução do ofício de armas (CONTAMINE, 1984, p. 90 – 100). Tais “contratos”, contemporaneamente denominados *indentures*, estipulavam por escrito um acordo interpessoal, por um lado, entre o rei ou mesmo um de seus representantes e, por outro, o homem disposto a combater.

Em vista de tal arranjo, noções particulares a respeito do ofício de armas apontam para anseios comuns que se estenderam por longa data aos cuidados para com a disciplina e a ordem da hoste, ao mesmo tempo em que relevou a própria integridade física dos contendores a comporem um grupo armado. Exemplos disto são as punições prescritas em ordenações régias lançadas ao início das campanhas de 1389 contra o reino da Escócia (CURRY, 2011, v.37, p. 289) e que viriam a servir como modelos para aquelas outras elaboradas na passagem da década de 1410 para a posterior (CURRY, 2008, p. 241 – 242). Entre todas elas, ficou estabelecido que aqueles a negligenciarem o bem do

¹⁹ Todas as citações diretas e indiretas foram realizadas a partir de traduções de minha autoria.

grupo armado e considerados culpados por criarem alvoroço dentre os membros da hoste seriam punidos com a perda de seus bens e cavalos, no caso de nobres, ou teriam a orelha esquerda decepada, em caso de servos e pajens. Em suas entrelinhas, tais modos de lidaram com o problema indicam que a execução da guerra potencialmente abria margem para desequilíbrios nas ações dos combatentes, comumente ligados não apenas aos excessos no emprego da força, como, em uma mesma medida, às paixões do corpo.

Dessa maneira, a primeira metade do século XV testemunhou a configuração de um universo prescritivo que pretendeu nuançar parâmetros de conduta às ações marciais em suas muitas etapas. Parte desse labor reflexivo, no entanto, convergiu para o apontamento dos desvios, isso é, das práticas consideradas reprováveis durante a execução da guerra por aqueles arregimentados pela dinastia Lancaster, fossem ou não aristocratas. Dito de modo mais específico, muito se questionou sobre quais as práticas e ações deveriam ser constantemente perseguidas como ideais pelos guerreiros e, portanto, a serem emuladas, sem deixar em segundo plano, no entanto, interrogações acerca daquelas outras a serem evitadas. Diante de um universo moralizante tão amplo, a presente reflexão circunscrever-se-á sobre uma questão distinta: era fato esperado que homens a responderem ao chamamento do rei se engajassem efetivamente na guerra e, durante a sua realização, voltassem suas armas contra os inimigos de acordo com regramentos estipulados pela via escrita e também partilhados oralmente.

Se por um lado letrados e guerreiros apresentaram razões para a reprovação da atividade bélica construíram argumentos contrários ao uso excessivo, ilegal ou imoral da força e das intenções do príncipe no fazer da guerra (WHETHAM, 2009, p. 37 – 38), por outro, uma atitude no polo oposto - e igualmente condenável - poderia emergir no horizonte: a recusa dos guerreiros pelo combate. Afinal, era possível conceber situações nas quais os homens de armas negariam o engajamento marcial? Em caso afirmativo, houve justificativas plausíveis para sua inação? Em face destas interrogações, cabe refletir acerca de entendimentos lançados sobre o “não-contender”, isso é, pela negativa em engajar-se contra o inimigo. Para tanto, utilizar-me-ei, sobremaneira, de um

evento pontual ocorrido na batalha de Patay, travada em 18 de junho de 1429, quando hostes inglesas e francesas se confrontaram em campo aberto, culminando na vitória dos súditos de Carlos VII (r. 1422 – 1461). Durante o entrevero, um momento em particular não passou despercebido pelos contemporâneos: a recusa do cavaleiro John Fastolf (1380 – 1459), um dos mais destacados e experientes líderes militares na ocasião, em combater contra seus adversários. Mais do que inquirir quais teriam sido os motivos alegados para tal atitude do contendor, é fundamental lançar luz para os entendimentos de cunho moral arregimentados por pensadores do período a respeito de tal atitude. É possível que o refreamento das armas tenha sido descrito como intrinsecamente vicioso ou, ao invés disso, houve elementos que permitiram pontuar perspectivas favoráveis à sua escolha?

Questionar sobre o combate - aquele que era um dos momentos cruciais na vida de um homem de armas, e sobre a sua não realização deliberada, permitirá, ao fim e ao cabo, um delineamento mais apurado acerca das expectativas lançadas sobre a atuação guerreira na Cristandade. A partir desta exposição preliminar, a discussão dar-se-á sobre os entendimentos morais lançados acerca do refreamento das armas na atividade militar segundo a perspectiva de escritos compostos por ingleses e também por homens com íntima atuação marcial junto aos mesmos por relatos concebidos a partir de experiências guerreiras e reflexões realizadas sobre eventos bélicos ocorridos na primeira metade do século XV. Tal escolha deve-se ao fato de que o período em pauta circunscreve as décadas finais da Guerra dos Cem Anos (1337 – 1453), momento no qual são elaboradas considerações sobre os resultados do conflito e, na mesma medida, arrazoamentos acerca dos fracassos militares que culminaram na expulsão quase que completa dos ingleses de seus domínios em terras continentais (NALL, 2012, p. 1 – 164). Ao fim e ao cabo, o objetivo será o de inquirir, em um primeiro momento, acerca de admoestações contrárias ao refreamento da violência guerreira para, na sequência, refletir como eventuais justificativas coevas permitem reconstituir um quadro interpretativo mais complexo que, em perspectiva diametralmente oposta, realça elementos para considerar a validade, e, portanto, a licitude, daquele mesmo tipo de conduta.

2. Entre a valentia e a impetuosidade no emprego das armas

Em meados de junho de 1429, tempos antes da supramencionada proclamação realizada por Henrique VI, as hostes de seu então referido adversário, Carlos VII (r.1422 – 1461), realizaram uma severa incursão que marchou sobre territórios do ducado da Normandia, até então sob domínio dos Lancaster. Liderados pelo condestável do reino, Jean, duque de Alençon (1409 – 1476), em companhia da dama de Orleães, Joana D’arc (1412 – 1431), “cujo renome enfraquecia os corações dos ingleses” (WAVRIN, 1864, v. 1 – 3, p. 183), aqueles guerreiros sagraram-se vitoriosos na tomada de uma série de fortalezas nas adjacências da cidade de Paris. Não tardou até que as notícias acerca do insucesso anglo-borgonhês frente aos avanços de seus oponentes sobre o território conquistado anos antes por Henrique V (r. 1413 – 1422) chegassem ao conhecimento de dois dos mais afamados capitães ingleses do momento, os cavaleiros *Sir John Fastolf* (1380 – 1459) e *Sir John Talbot* (1387 – 1453).

Em razão disso, coube-lhes uma decisão a ser tomada junto a seus companheiros de armas: capitaneando um contingente estimado de 5000 homens, ambos integraram um agrupamento que se retirou com o que restava dos víveres, armamentos e guerreiros do fatídico cerco que resultou na perda da fortaleza de Meung-sur-Loire, ao qual integraram combatentes de outras regiões tomadas pelos franceses: Orleans, Jargeau e Beaugency. Seu objetivo era reagrupar todos aqueles contendores e rumarem para o norte do reino, em direção da cidade fortificada de Janville e, eventualmente, à Paris o quanto antes, a fim de evitar a interceptação das hostes francesas. No entanto, Joana D’arc e os líderes militares da região optaram por perseguir os ingleses para forçarem um combate em campo aberto e evitarem um cerco a capital do reino, o qual poderia ser altamente custoso e demorado (DEVRIES, 1999, p. 114 – 117).

Em marcha por campo aberto, a hoste inglesa foi alcançada em 18 de junho de 1429 pelos seus perseguidores nas cercanias do vilarejo de Patay, pouco menos de 20km a noroeste de Orleães. Diante da presença dos adversários, restaram três possibilidades aos “capitães”, título oferecido aos líderes da empreitada marcial: manterem sua posição para o embate, tentarem mover-se

até o abrigo em alguma fortaleza próxima, guarnecendo-a o quanto fosse possível, ou ainda, abandonar aquela posição e tentarem se retirar em velocidade em direção à Paris, a fim de reunirem-se a outros cavaleiros e homens de armas que ainda estavam por desembarcarem na França. A opção escolhida foi a de assumir uma posição de defesa e aguardar pelo combate em campo aberto, uma vez que os ingleses possuíam ampla e exitosa experiência nesse tipo de contenda, a exemplo das batalhas de Agincourt (1415), Cravant (1423) e Verneuil (1424). Entretanto, o plano de batalha fracassou e, diante do avanço irrefreável dos franceses e da fuga desorganizada dos homens da vanguarda, John Talbot, que àquela altura era o principal líder militar inglês em campo, viu-se em grandes apuros junto a John Fastolf e todos aqueles sob seu comando (COLLINS, ANO, p. 119).

Segundo o relato do cavaleiro e cronista borgonhês Jean de Wavrin (1399/1400 – 1475), uma testemunha ocular que integrou a hoste inglesa na ocasião em pauta, John Fastolf teria argumentado em favor de se bater em retirada por conceber aquela como uma forma de ação mais prudente, “não se apressando em lutar, ao menos até que os homens estivessem mais confiantes” e mesmo em melhores condições de resistirem. Contudo, seu ponto de vista teria sido rechaçado por John Talbot, o qual, ainda segundo aquele mesmo cronista, foi apoiado por outros cavaleiros ávidos em demonstrarem sua bravura no campo de batalha (WAVRIN, 1864, v.2, p. 205). Definido o curso de ação em favor do ponto de vista de John Talbot, a batalha que se seguiu culminou em uma expressiva derrota, uma dentre tantas outras que exporiam, na passagem da década de 1420 para a seguinte, a crescente fragilidade militar dos ingleses no continente (BELL et. al, 2003, p. 42 – 53). No entanto, uma descrição detalhada acerca do insucesso é construída de modo extremamente fragmentário ou mesmo é ignorada pelas crônicas inglesas contemporâneas, e tal atitude é um importante indício não apenas a respeito dos padrões de registro sobre os resultados das batalhas, mas também acerca de como a derrota e seus desdobramentos foram entendidos na sociabilidade guerreira. Diante da impossibilidade de narrar uma miríade de eventos acontecidos no campo de batalha, alguns cronistas optavam por oferecer registros gerais e factíveis do que

poderia ter acontecido, bem como outros o faziam voltando seu olhar para ações de um grupo ou mesmo de um indivíduo particular que simbolizasse os valores a serem emulados (ou evitados) pela nobiliarquia guerreira (ALLMAND, 2000, p. 23 – 24).

As Crônicas de Londres, uma das mais significativas do período, focalizam no sucesso inicial do cerco inglês a Orleans e limita-se a apontar que, uma vez infrutífero, “seus capitães dispersaram-se” e, pouco tempo depois, “foram desafortunadamente capturados” (KINGSFORD, 1905, p. 132). Uma outra opção na forma de elaborar o relato era contornar o infortúnio marcial cessando a narrativa pouco antes do evento, como fizeram Peter Basset e Christopher Hanson, guerreiros que empunharam suas armas junto a John Fastolf por anos no conflito. Uma crônica escrita sob a supervisão de Luket Nantron e William Worcester (1410 – 1480/5) a partir das possíveis experiências e narrativas daqueles guerreiros é finalizada com a narrativa da batalha de Rouvray, vencida pelos ingleses em fevereiro de 1429, e da qual “John Fastolf e todos de sua companhia partiram sem que nenhum homem fosse morto ou ferido”, destacando assim a competente liderança do cavaleiro. No parágrafo final, é pontuado que se depararam com “inimigos de grande poderio” e uma lista com seus nomes arrolados, terminando abruptamente a narrativa sem qualquer destaque aos resultados desfavoráveis de Patay (CURRY; AMBÜHL, 2022, p. 374).

Para além do fato de que os quatro homens envolvidos na composição da crônica tiveram carreiras intimamente ligadas a John Fastolf (CURRY; AMBÜHL, 2022, p. 9 - 44), o que seria um fator a se considerar para a decisão de finalizarem o escrito daquela forma, um outro aspecto a ser conjecturado é o de que, em meio a uma escrita marcadamente moralizante, insucessos daquela natureza seriam compreendidos como decorrentes da não observação do código ético da cavalaria, e mesmo homens de valor marcial como John Fastolf, ao ignorá-los, fomentavam práticas contrárias aos valores considerados adequados à condução do conflito (NIGEL, 2011, p. 348). Por isso mesmo, o silêncio poderia evitar a disseminação de práticas e ações consideradas antagônicas aos parâmetros modulares de conduta e, mais do que isso, permitia o distanciamento

da reconstrução do que poderia ter se passado em um evento de insucesso marcial, esquivando assim o elaborador do relato do ônus de reprovar figuras proeminentes à sociedade em questão.

Tendo em vista que a honra e o renome marcial se entrelaçaram ao nortearem o horizonte de expectativas guerreiras, uma tradução de 1408 do tratado *De Re Militari* do romano Vegécio pontua que, dentre os fatores caros a seleção dos homens de armas, a boa reputação habilita o cavaleiro para o bom desempenho de suas funções, “mas é a vergonha que o impede de fugir da batalha e o torna vitorioso” (LESTER, 1988, p. 55). Afinal de contas, mesmo que os parâmetros nobilitários exigissem uma linhagem conhecida e atenção à códigos de conduta, era imprescindível que fosse sancionada por meio de feitos militares. Tal ponto de vista foi corroborado por Thomas Hoccleve (c. 1367 – 1426), o qual, em meados da década de 1410, denotou ser amplamente recomendável ao bom cavaleiro arriscar sua vida “nos perigos da batalha”, em nome “do reino” e “em defesa da Santa Igreja”. A seu entendimento, maior do que “temor pela morte”, era o infortúnio causado pela condenação de seus pares justamente por refrear o uso das armas quando poderia empregá-las em prol de uma causa justa, afinal, “não importa o quão intenso seja o combate, é preferível [ao cavaleiro] receber um ataque violento e mortal a fugir de modo covarde e vergonhoso” (HOCCLAVE, 1999).

Em boa medida, pode-se conjecturar que comentários dessa natureza tenham sido do conhecimento de John Fastolf, uma vez que Stephen Scrope (1397 - 1472), seu enteado e um dentre muitos letrados sob seu amparo financeiro, dedicou a tradução do tratado *Ditos e máximas dos filósofos* ao cavaleiro. Naquele tratado, uma compilação de ponderações morais sobre práticas recomendáveis à nobiliarquia, ao menos duas citações evidenciam a reprovação à evasão do combate. Na primeira, atribuiu-se uma fala atribuída a Sócrates dirigida a um homem que fugiu de uma batalha: “fizeste mal em fugir de uma morte respeitável para viver com a vergonha e a infâmia” (BÜHLER, 1941, p. 106); na segunda, sem “autoria” reconhecida, é afirmado que “um homem valente somente se faz conhecer na guerra e nas contendias” (BÜHLER, 1941, p. 248). A tradução quatrocentista do *Governança dos reis e príncipes*, de

Egídio Romano, em uma mesma medida reafirma todos esses aspectos e vai além: “aquilo que torna os homens aptos ao combate é o desejo de obterem renome marcial”, e, segundo princípios como “a defesa do reino, da retidão, do bem comum”, prossegue, “não se deveria poupar o derramamento de sangue” [BRIGGS, ANO, p. 401].

Não obstante, frente aos riscos que tal atividade impunha, como a possibilidade de decepamento de membros, empobrecimento em caso de captura e mesmo de morte em combate, era fundamental encontrar meios de encorajar a permanência na batalha, tarefas nem sempre fácil para aqueles que lideravam as hostes (WALTER, 2014, p. 24 – 25). O cronista borgonhês Enguerrand de Monstrelet (c.1390 – 1453) elabora seu relato cáustico sobre o enfrentamento em Patay narrando que John Fastolf teria se recusado a engajar-se contra o inimigo, e, ademais, “junto a muitos outros cavaleiros, galoparam a toda velocidade [em sentido oposto], fugindo sem desferir um único golpe, com o intuito de salvarem suas próprias vidas” (MONSTRELET, 1810, p. 555). Enquanto isso, os guerreiros remanescentes acabariam por sofrer duas das fortunas mais prováveis aos derrotados naquele ofício: uns foram capturados, alimentando a expectativa de seus algozes em arrecadarem vultuosos recursos com seus resgates, outros terminaram feridos e mesmo mortos (KEEN, 1984, p. 219 – 237).

Em função do ocorrido nas cercanias de Patay, John Talbot iniciou, anos depois, um processo judicial junto à ordem de cavalaria da Jarreteira para questionar a conduta de John Fastolf (COLLINS, 2000, p. 40). Muito mais do que uma mera formalidade, a acusação trouxe sérios deméritos ao cavaleiro de Norfolk, uma vez que sua defesa se estendeu por muitos anos e custou-lhe uma boa soma em dinheiro, preço o qual esteve disposto a pagar para evitar a infâmia contra sua honra e, conseqüentemente, não declinar em meio ao reconhecimento social dentre seus pares (COLLINS, 2000, p. 125 – 130). Embora alguns relatos, notadamente compostos por cronistas do lado antagônico, asseverem que John Fastolf agiu em contrariedade aos regramentos estabelecidos para a prática de seu ofício, houve quem reportasse que tal decisão foi realizada “contra sua vontade”, pelo aconselhamento de outros de seus pares e que a executou “com

a maior tristeza jamais demonstrada por um homem” (WAVRIN, 1864, v.3, p. 187).

Nesse sentido, os entendimentos sobre sua decisão de não se engajar na batalha oscilam entre um espectro que foi da covardia, segundo as perspectivas até aqui apresentadas, para uma outra radicalmente oposta: a prudência. Segundo o letrado William Worcester, indivíduo permanentemente próximo ao guerreiro até a morte do contendor em 1459, uma das ações mais reprováveis aos cavaleiros era justamente a fuga do campo de batalha (WORCESTER, 1860, p. 67). Segundo ele, “o poderio da França [na guerra] tem se dado pelo dobro ou triplo de homens” em comparação as hostes inglesas, e, por isso mesmo, os combatentes empenhados em nome dos reis Lancaster somente poderiam vislumbrar a possibilidade de triunfarem sobre uma grande quantidade de adversários se fossem “experimentados e hábeis nas armas”, mas, sobretudo, “prudentes e sábios na condução da guerra” (WORCESTER, 1860, p. 27 – 29). O supracitado *Governança dos reis e príncipes*, que advoga pelo derramamento de sangue em nome do labor guerreiro, igualmente pontua o entrelaçamento da virtude da prudência ao fazer marcial, ligando a força física à força moral. Para tanto, “os saberes de cavalaria”, isso é, o conjunto de prescrições às boas práticas marciais, que nortearam modelos para os outros guerreiros, deveriam pautar o equilíbrio do correto emprego das armas, ou de seu refreamento, “pela sabedoria e pela prudência” (BRIGGS, ANO, p. 397). Esse tipo de conceitualização auxilia a estruturar a escolha de não enfrentamento realizada por John Fastolf.

Via de regra, entendimentos coevos também vislumbraram a possibilidade de oferecer um duplo viés no julgamento da postura de John Fastolf, isso é, como covarde ou prudente, o que indica para a maleabilidade dos juízos que compuseram os códigos de armas (KEEN, 1965, p. 240). Afinal de contas, não bastava – ou mesmo não era recomendável - a coragem irracional e intempestiva para o correto desempenho da guerra, uma vez que “quando os cavaleiros são escolhidos precipitadamente e pelo favor e não por meio dos parâmetros das leis das armas e das habilidades corretas, mais prejudicam do que beneficiam a hoste” (LESTER, 1988, p. 55). O acautelamento sobre as ações armígeras foi, assim, tomado por recomendável, pois se exigiu a correta distinção entre as

situações em que seria proveitoso o ataque ou mesmo o refreamento das armas contra os inimigos.

Uma vez que o universo das prescrições coexiste com o das ações humanas, é viável conceber que, no espectro de considerações a serem relevadas pelos guerreiros, estava a possibilidade real de aniquilação, aprisionamento e mutilação de membros da aristocracia e mesmo de outros guerreiros aptos para o combate, conforme mencionado anteriormente, levando à redução numérica de homens aptos a disporem seus corpos para contenderem em nome do rei. Um recente levantamento encabeçado pelo projeto *The Medieval Soldier* sobre a composição das hostes a combaterem na França durante a Guerra dos Cem Anos corrobora com números as nuances do quadro marcial delineado em meio às prescrições: gradualmente, houve um decréscimo nos números de combatentes ingleses e de outras regiões originários de grupos socialmente identificáveis, como a nobreza e a burguesia, a lutarem pelos Lancaster já na passagem do século XIV para o seguinte (BELL, 2013, p. 272 - 274).

Em termos mais precisos, o estudo indica que a partir da década de 1420 até o final do conflito, em 1453, o número de cavaleiros com experiência marcial e advindos de famílias com membros tradicionalmente engajados com a guerra na França desde o trezentos caiu, ao passo que aumentou a participação de “novos” cavaleiros, originários de famílias até então sem colaboração conhecida nas contendas, bem como de indivíduos de origens ainda mais incertas. Uma outra conclusão daquele mesmo estudo é a de que a elevação à cavalaria deste último grupo sugere a importância do destaque obtido por meio de feitos marciais como fonte de enobrecimento e consequente obtenção de reconhecimento social por meio da guerra. (BELL et. al., 2013, p. 59 – 63).

Junto ao desejo daqueles indivíduos pelo enobrecimento e, conseqüentemente, das vantagens pecuniárias ali obtidas, caminhou o risco de que uma condução desordenada do conflito e posteriores derrotas militares poderiam por a perder o balanço de forças na manutenção das regiões continentais sob o domínio da Coroa, como de fato queixaram-se, tardiamente, alguns letrados (WORCESTER, 1860, p. 44). Isso porque, diante da derrota, não cabia apenas reprovações a enodoarem o nome de seus realizadores. Assim como

observado na marcha de John Talbot e John Fastolf rumo à Paris, a desventura guerreira vinha acompanhada de prejuízos ligados a perda de armamentos, víveres, cavalos, pólvora e uma série de outros bens, os quais costumeiramente eram custeados e cujo ressarcimento dependeria, em ampla medida, da tributação dos súditos e das reservas do erário régio (MOORE; BELL, 2019, p. 64).

Considerada pelo ângulo da preservação de vidas, da integridade dos combatentes e da manutenção de bens móveis, a escolha de John Fastolf por refrear o uso das armas naquela ocasião não esteve destacada de questões pragmáticas à realização do ofício marcial. Entre os termos correntes, o habitual estabelecimento do tempo de duração da campanha e os valores a serem pagos a cada combatente em função de sua posição dentro da hoste permitia, para além de especificar sua parcela de ganhos obtidos por meio de saques e aprisionamento de inimigos, a salvaguarda daqueles da mais alta hierarquia aristocrática através de ressarcimentos a serem liquidados pela Coroa.

Na iminência de batalhas como as de Patay, é possível que o cavaleiro não tenha deixado de vislumbrar as possibilidades de ganho material. Em 1424, firmou uma *indenture* onde obrigou-se a servir sob o comando do duque de Bedford, então regente, pelo período de um ano, sob a contrapartida de que seria recompensado com dois terços de todos os espólios e resgates de prisioneiros que obtivesse naquele período (LETTERS, 1861 – 1864, v.2, p. 47). Assim, no papel de um dos líderes da hoste em 1429, era seu dever zelar não apenas pela manutenção do território conquistado às duras penas, mas igualmente da preservação da vida, da “integridade física” e dos equipamentos de guerra seus como também daqueles outros sob seu comando. É sob tal perspectiva, por exemplo, que abasteceu Paris ao início de 1421. Ao ser inquirido sobre os preparativos militares da região, garantiu haver “estoques de cereais, trigo, favas, ervilhas e aveia para alimentar os cavalos, além de outros mantimentos [...] em quantidade suficiente para mais de meio ano”, bem como estocou na armaria da cidade “equipamento para que um homem nu estivesse prontamente apto a realizar suas tarefas em prol do rei”. Graças a sua prudência, “ofereceu

imenso alívio ao príncipe”, o qual promoveu-lhe para capitão da bastilha da localidade (WORCESTER, 1860, p. 68).

É no entremeio de preocupações como aquelas que se deve analisar o testemunho de Jean de Wavrin, o qual afirmou que John Fastolf teria tentado dissuadir a seus pares através da advertência sobre a quão nociva seria uma ação imponderada da cavalaria inglesa. Afinal de contas, o cavaleiro dizia temer “pelos inúmeros riscos” que um combate contra os franceses incorreria sobre todos, pois, naquela ocasião, seus pares contavam com “apenas um punhado de homens” em comparação ao número admirável de franceses que teriam de enfrentar. Mais grave ainda, prosseguiu: “caso a fortuna nos desfavoreça, tudo o que o rei Henrique V conquistou através de grande diligência estará para sempre arruinado”, e, por isso, o melhor curso de ação, concluiu, seria “refrear” o ímpeto pela batalha e “esperar” pelos reforços prometidos pelo seu superior, o duque de Bedford (WAVRIN, 1864, v.3, p. 181).

Sob seu amparo, William Worcester iniciou, pouco mais de duas décadas adiante, a composição de um escrito onde a exaltação da atividade de armas da cavalaria coincidiu com relatos da atuação de John Fastolf em momentos anteriores a sua retirada definitiva da função beligerante em 1439. Possivelmente influenciado por episódios como os de Patay, um tema que perpassa aquela reflexão é justamente o da busca pela fama marcial, cujo ímpeto em sua realização, levado a cabo sem maiores ponderações, poderia ocasionar em graves consequências para o contendor, além dos graves prejuízos à Coroa. Em um capítulo de seu *Livro da Nobreza* que versa sobre o destemor daqueles empenhados na atividade de armas, William Worcester narra, a partir do exemplo provido pelo senador romano Cícero, sobre o feito valoroso do general Públio Décio, o qual perde sua vida após empreender uma carga contra um grupo de inimigos em prol do Roma durante a batalha de Vesúvio em 340 a.C.

A relação pedagógica estabelecida para com o presente inglês é feita através de um comentário no manuscrito em posição lateral ao capítulo em pauta, na qual William Worcester afirma:

Lembro-me que ouvi meu amparador Fastolf comentar, em certa ocasião em que recebeu jovens cavaleiros e nobres, sobre como há duas disposições de caráter entre os homens valentes: uma

corresponde propriamente a tais homens valentes, e a outra corresponde aos que são impetuosos. (WORCESTER, 1860, p. 64 – 65).

O modelo dos “impetuosos” (*hardy man*), a ser evitado, prosseguiu, prezava por uma postura no campo de batalha sem qualquer tipo de comedimento no uso das armas ou mesmo de preocupação com os bons conselhos de seus pares, voltando-se, incessantemente, às tentativas de provar-se corajoso, postura que levava a seus perpetradores, em última instância, ao vício da vanglória. Esse era o cavaleiro que expunha não apenas a si próprio como a toda a hoste a perigos desnecessários, pois ao se lançar “ao campo de batalha para que os outros o considerem corajoso”, ele, “tão somente por meio de grandes riscos, consegue escapar” ileso da batalha, e, tão grave quanto, termina por “abandonar” a seus companheiros “sozinhos, deixando-os para trás, sobrepujados” (WORCESTER, 1860, p. 64 – 65). O reforço a tal reprovação pode ser encontrado nas ordenações régias que reprovaram aqueles a se deslocarem de modo impetuoso, e, portanto, sem autorização do príncipe, para a parte frontal da hoste durante uma batalha. A pena para tal poderia variar entre multa, confisco dos cavalos, prisão e, em último caso, a execução (CURRY, 2008, p. 241).

Já o outro modelo, dos “valentes” (*manly man*), configurava-se de modo inverso: o guerreiro partia para escaramuças ou mesmo grandes batalhas junto a seus companheiros, sacrificando a oportunidade de ganhos materiais e honoríficos em favor de “um sábio julgamento”, o qual o levaria a triunfar sobre seus adversários, primando em portar-se de modo prudente e mantendo, assim, a si próprio e a seus companheiros a salvo” (WORCESTER, 1860, p. 64 – 65). Tal perspectiva condiz com os ensinamentos de Vegécio, uma das fontes recorrentes de modelos militares para moralistas cristãos como William Worcester. O sábio da antiguidade já havia pontuado que certos grupos de guerreiros, sobretudo os mais jovens, não seriam confiáveis devido a combinação entre sua falta de experiência militar, excesso de confiança e de vulnerabilidade emocional (RÓZYCKI, 2022, p. 64 – 65).

Em certa medida, é possível dizer que o esquema apresentado enquadra a atitude de homens como John Talbot aos impetuosos, pois, ao

mesmo tempo em que se ateu ao código da cavalaria no ensejo de apresentar sua intrepidez, simultaneamente expôs não apenas a si próprio, mas a todos os outros guerreiros a um risco desmensurado, muito embora seja preciso lembrar que aquela teria sido uma decisão partilhada entre ele e outros de seus pares sob seu comando. O resultado negativo do modo “intrépido” com que agiu John Talbot ocasionou um saldo entre 1800 a 2000 mortos do lado inglês na batalha de Patay, para além daqueles que foram capturados e feridos (WAVRIN, 1864, v.3, p. 187). Tal intrepidez, se assim continuarmos a analisar o curso de suas ações, teria sido igualmente observada quando, já sexagenário e há muito liberto do cativo de Patay, viria a selar o seu fenecimento e o de outros guerreiros de forma brutal em 1453 na batalha de Castillon. Ali, ao contar com menor número de homens e ao recusar-se a aguardar reforços prometidos, ordenou o ataque contra a hoste francesa. Dessa vez, enfrentou os canhões de Carlos VII expondo o seu corpo sem uma armadura a recobrir-lhe e terminou massacrado junto àqueles sob seu comando, selando assim a tomada da Gasconha, último grande reduto sob o controle dos monarcas Lancaster, um grande opróbrio para o bem comum inglês (POLLARD, 1983, p. 138).

A partir do que se apresentou sobre as posturas de ambos os cavaleiros, é reforçada a noção de que o contender deveria ser ponderado, no sentido não apenas da proteção do reino, dos súditos e dos bens régios, mas, em ampla medida, também na salvaguarda do corpo do combatente e no de seus companheiros de batalha. Tal restrição, ou melhor, a seleção “refletida” acerca do momento correto para o emprego das armas trilhou pelo discernimento de que a violência guerreira deveria ser direcionada em ocasiões propícias contra alvos legítimos de destruição. Nessas considerações, pesou um limiar tênue entre a associação inerente aos riscos que os cavaleiros expunham seus bens, vidas e membros no desempenho do ofício de armas e as situações cujo o não emprego das armas poderia incorrer não apenas a sanção como a reprovação social. Em suma, concluiu William Worcester que, quando conhecedores de seu fazer e capazes de refletir sobre as formas adequadas de agir, “homens de armas bem instruídos e experientes são um tesouro muito maior [para um reino] do que quaisquer pedras preciosas” (WORCESTER, 1860, p. 27); porém, ao contrário, se

incapazes de ponderar e pautados por suas pulsões imediatas, “recairão na covardia e fugirão do campo de batalha” (LESTER, ANO, p. 62).

2. Conclusão

A partir das considerações realizadas, foi possível averiguar que dentro do universo de escritos prescritivos relacionado à marcialidade inglesa no Quatrocentos, o refreamento das armas, quando realizado de modo ponderado traria maiores benefícios ao combatente e ao reino do que o enfrentamento realizado de forma desmedida. O argumento em pauta foi o de que o uso das armas deveria estar intrinsecamente ligado a preceitos de defesa do bem comum, ao desempenho de uma guerra justa e, sobretudo, ao cálculo sobre os ganhos estratégicos, pecuniários e honoríficos dos contedores exitosos. Em contraposição, os mesmos aconselhamentos apontaram que engajar-se no conflito de modo irrefletido poderia levar a resultados negativos e, dentre suas consequências, a danos físicos, materiais e opróbios à reputação dos vencidos.

Nesse sentido, o embate entre a escolha de não combater de John Fastolf e a ação militar de John Talbot tornou-se emblemático pois trouxe à luz juízos contemporâneos que auxiliam a interpretar entendimentos acerca das práticas, ações e, sobretudo, inquietações a guiarem o fazer da guerra na Inglaterra do período. Se houve, por um lado, acusações de covardia ao cavaleiro pelo não engajamento contra os franceses, a reflexão sobre os comentários de cronistas e tratadistas permitiu concluir que seu ato também foi passível de exaltação. Pouco mais de uma década após o ocorrido, o tribunal instaurado por membros da Ordem da Jarreteira, a pedido de John Talbot, foi-lhe favorável, e o próprio monarca, Henrique VI, invalidou as acusações de má conduta e, junto com elas, a infâmia lançada contra sua honra e habilidade marcial (COLLINS, ANO, p. 130 – 131).

Ao fim e ao cabo, o que se pretendeu demonstrar aqui foi que as práticas recomendadas do fazer guerreiro na Idade Média pautaram-se não apenas em estimular o combate, mas também em restringir ações bélicas quando consideradas inadequadas. Para tanto, virtudes como a sabedoria e a prudência, pareadas aos saberes de cavalaria, forneceram os eixos norteadores de ações

recomendáveis a contadores enquadrados, na terminologia de William Worcester, como valentes, isso é preocupados em zelar pelo uso da força como instrumento de conquista e mesmo de correção dos desvios inimigos.

Tais colocações prescritivas, em variada medida, ajudam a formular os contornos da compreensão letrada acerca de situações em que o não emprego das armas seria uma escolha exemplar, atrelando-a ao comportamento virtuoso para evitar ações guerreiras sem o planejamento refletido. É possível considerar que assim tenha permanecido até os anos finais do conflito, pois floresceram acusações de que, privados da prudência e da sabedoria, os vícios teriam circunscrito os feitos daqueles empenhados em atividades militares com objetivos pautados não em campanhas sazonais de destruição do território inimigo e retorno à Inglaterra com o fruto do botim provindo de saques, como ocorria até o século XIV mas, ao invés disso, na conquista permanente de novos territórios na França e na sujeição de seus habitantes à Coroa inglesa. A face dessa guerra de ocupação admoestou, portanto, o emprego excessivo, desnecessário e incorreto das armas, sob o temor de que desdobramentos pudessem levar a danos irreversíveis na manutenção das hostes inglesas e de seus domínios do outro lado do mar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Corpus documental

BÜHLER, C. (Ed.). **The dictes and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. Ed. Curt Bühler. London: Early English Text Society, 1941.

CHRONICLES OF London. Ed. C. L. Kingsford. Oxford: Clarendon Press, 1905.

CURRY, A.; AMBÜHL, R. **A soldiers' chronicle of the Hundred Years War:** College of Arms Manuscript M9. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: D.S. Brewer, 2022.

CURRY, A. Disciplinary ordinances for the English and Franco-Scottish armies in 1385: an international code? **Journal of Medieval History**, v. 37, p. 269 – 294, 2011.

_____. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. (Eds.). **War, government and aristocracy in the British isles, c. 1150 – 1500**. Woodbridge: Boydell Press, 2008.

HOCCLEVE, T. **The regiment of princes**. Edited by C. R. Blyth. Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 1999. [Consultado a 07 Janeiro 2024]. Disponível em <http://d.lib.rochester.edu/teams/publication/blyth-hoccleve-the-regiment-of-princes>

LESTER, G. (Ed.) **The earliest English translation of Vegetius' De re militari**. Heidelberg: Winter, 1988.

LETTERS and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England. Ed. J. Stevenson. V. 1 – 2. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861 – 1864.

MONSTRELET, E. **The chronicle of Enguerrand de Monstrelet**. Translated by T. Johnes. London: H. G. Bohn, 1810.

TREVISA, J. **The governance of kings and princes**. John Trevisa's middle English translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by D. C. Fowler, C. F. Briggs and P. G. Remley. New York; London: Routledge, 1997.

WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England**. Translated by W. Hardy. v. 1 – 3. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864.

WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by J. G. Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860.

Obras de referência

ALLMAND, C. The reporting of war in the Middle Ages. In: DUNN, D. (Ed.). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 17 – 33.

BELL, A., *et alii* (Ed.). **The soldier in later medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

COLLINS, H. "Sir John Fastolf, John Lord Talbot and the dispute over Patay: ambition and chivalry in the fifteenth century". In: DUNN, D. (ed). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 114 – 140.

_____. **The order of the garter, 1348 – 1461:** chivalry and politics in late medieval England. Oxford: Claredon Press, 2000.

CONTAMINE, P. **War in the middle ages.** Translated by M. Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

DEVRIES, K. **Joan of Arc:** a military leader. Gloucestershire: Sutton, 1999.

KEEN, M. **Chivalry.** New Haven: Yale University Press, 1984.

_____. **The laws of war in the middle ages.** London: Routledge & K. Paul, 1965.

NALL, C. **Reading and war in Fifteenth-century England: From Lydgate to Malory.** Cambridge: D.S Brewer, 2012.

MOORE, T.K.; BELL, A.R. Financing the Hundred Years War. In: CURRY, A. (Ed.). **The Hundred Years war revisited.** London: Red Globe Press, 2019.

POLLARD, A. J. **John Talbot and the war in France, 1427 – 1453.** London: Royal Historical Society, 1983.

RÓZYCKI, L; **Battlefield emotions in late antiquity:** a study of fear and motivation in Roman military treatises. Leiden; Boston: Brill, 2021.

WALTER, K.T. Peril, flight, and the sad man: medieval theories of the body in battle. In: ASHE, L.; PATTERSON, I. (Eds.). **War and Literature.** Cambridge: D.S. Brewer, 2014.

WHETHAM, D. **Just wars and moral victories:** surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages. Leiden; Boston: Brill, 2009.